

PREGÃO PRESENCIAL SESC/AR-PA Nº 15/0032-PG

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA FROTA DO SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARÁ.

EDITAL

O SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, Departamento Regional no Pará, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, comunica, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela Portaria CR nº 004/2015 a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO, POR ITEM**.

A presente licitação é regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, instituído pela Resolução Sesc nº 1.252 de 6/6/2012, publicada no DOU nº 144, em 26 de julho de 2006, Seção III, pelas disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Os horários mencionados neste instrumento convocatório serão os que estão em vigor na Cidade de Belém, Estado do Pará.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será no dia, hora e local abaixo indicados:

- **DATA: 26/06/2015**
- **HORA: 10:00**
- **LOCAL: Sala do setor de licitação, no 5º andar do Edifício Sede do Sesc, Departamento Regional no Pará, situado à Avenida Assis de Vasconcelos nº 359 – Centro – Belém/PA – CEP: 66.010-010.**

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA FROTA DO SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARÁ, conforme especificações descritas na Planilha de quantitativo e Especificações dos Produtos (Anexo I), observadas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

2.2. É obrigatório constar na proposta da licitante a indicação da marca e modelo dos veículos e a garantia, conforme anexo I, sem limite de quilometragem, contra defeitos de fabricação, para os veículos, assim como assistência técnica integral em Belém-PA, com total responsabilidade do proponente/fornecedor, contados da data do recebimento dos bens.

2.3. Será de responsabilidade da licitante vencedora, o transporte e a entrega dos bens, no prazo estipulado.

2.4. Deverão ser entregues ao Sesc apenas veículos 0 km. Consideram-se como 0 km, veículos, cuja quilometragem não ultrapasse a **50 km rodados**. Em nenhuma hipótese serão recebidos veículos cuja quilometragem ultrapasse o limite permitido nesse subitem.

2.5. Todos os equipamentos/acessórios previstos no Anexo I deste edital deverão ser instalados pelo fabricante do veículo, visando preservar a garantia total dos veículos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas na qual o objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o

objeto da presente licitação, estejam legalmente estabelecidas no País e atenda a **TODAS** as condições previstas neste Edital.

3.2. A participação na presente licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste Instrumento Convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto desta Licitação.

3.3. Estarão impedidas de participar desta licitação empresas que:

- a) Estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial (conforme Lei 11.101/2005), dissolução ou liquidação;
- b) Estejam suspensas de licitar com o Sesc;
- c) Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou empregados do Sesc;
- d) Estejam reunidos em consórcio;
- e) Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta licitação;
- f) Sejam declaradas inidôneas ou estejam em litígio com o Sesc Departamento Regional no Estado do Pará.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Cada licitante será representado por uma única pessoa que, devidamente munida de procuração ou Carta de Credenciamento (Anexo II) e documento de identidade, quando não for sócia ou titular da empresa, será a única com condições de intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada.

4.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante, sob pena de a(s) licitante(s) representada(s) ter(em) a sua participação ativa prejudicada na presente Licitação.

4.3. O representante de cada licitante deverá, no ato do credenciamento, apresentar documento oficial de identidade.

4.4. **Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e NÃO DEVEM** ser colocados dentro de nenhum dos envelopes, quer seja o de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** ou de **PROPOSTA COMERCIAL**.

4.5. A presença do representante não é obrigatória, porém os licitantes que não se fizerem representar ficam cientes que desta forma aceitam o que for decidido pela Comissão de Licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Os licitantes deverão apresentar, no dia, hora e local indicados no **ITEM 1 dois envelopes lacrados e distintos**, os envelopes deverão conter em sua parte externa e frontal o nome e o endereço da licitante, data e horário da reunião, indicação de telefone, fac-símile e e-mail, a saber:

- a) Envelope lacrado, identificado com os dizeres "Pregão Sesc/DR-PA N.º 15/0032-PG - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".
- b) Envelope lacrado, identificado com os dizeres "Pregão Sesc/DR-PA N.º 15/0032-PG - PROPOSTA COMERCIAL".

5.1.1. A inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes poderá, a critério da Comissão de Licitação, acarretar a eliminação da empresa.

6. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

6.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar no Envelope Nº 01, os documentos indicados nos subitens a seguir:

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social e suas últimas alterações ou Consolidação Contratual, onde deverá estar indicado ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

a.1) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

b) Cédula de identidade, no caso de firma individual.

6.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) No mínimo 01 (uma) Declaração / Atestado de capacidade, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado da pessoa jurídica que expediu documento, constando o nome, cargo e telefone de contato do responsável, comprovando que a empresa forneceu produtos que tenham características técnicas e qualitativas similares ao objeto da presente licitação.

6.1.3. REGULARIDADE FISCAL

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

c) Certidão Negativa de Débito (CND) ou Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN), junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, do domicílio ou sede da licitante.

d) Certificado de Regularidade Fiscal - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, da sede da licitante.

e) Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), da sede da licitante.

f) Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, ou, quando for o caso, Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Estadual.

f.1) Nos estados onde a Certidão Estadual for desmembradas em Tributárias e Não Tributárias, ambas deverão ser apresentadas.

g) Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, ou, quando for o caso, Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante.

6.1.4. Caso as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual, municipal, sejam POSITIVAS, o Sesc/PA se reserva o direito de só aceitá-las se contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

6.1.4.1 Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissivo em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

6.2. **CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS**

6.2.1. Todos os documentos deverão estar numerados utilizando-se a seguinte grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1 / 20, 2 / 20, 3 / 20 ...20 / 20.

6.2.2. Caso a documentação não esteja numerada o representante da empresa, poderá fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

6.2.3. A documentação poderá ser apresentada em fotocópias legíveis, exceto termo-sensitivas. Se julgar necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

6.2.4. Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para verificação de autenticidade.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 02

7.1. A licitante deverá apresentar no Envelope nº 02, sua Proposta Comercial, que deverá ser digitada ou datilografada em papel timbrado da licitante, em 01 (uma) via, devendo estar assinada pelo representante legal, na última folha e rubricada nas demais, redigida de forma clara, não sendo aceitas as que apresentarem rasuras, entrelinhas, ressalvas ou emendas.

7.1.1. As folhas deverão estar numeradas utilizando-se a seguinte grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1 / 20, 2 / 20, 3 / 20 ...20 / 20.

7.1.2. Caso a proposta não esteja numerada o representante da empresa, poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope.

7.1.3. Em caso de divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o primeiro, e, entre o valor expresso em algarismos e por extenso, será considerado o último.

7.2. A proposta deverá conter, entre outros, que o licitante achar pertinente, os seguintes elementos:

7.2.1. Expressa manifestação de inclusão no preço ofertado de todas as despesas com salários, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e para fiscais, uniformes, administração, mão de obra, transporte e demais despesas incidentes direta e indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação, inclusive lucro.

7.2.2. Informação do prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias. A omissão desse dado implicará aceitação do prazo citado neste subitem.

7.2.3. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado ou documento equivalente, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, por meio de correspondência, caracterizando seu declínio em continuar na Licitação.

7.2.4. Prazo de entrega: Considerar que a entrega dos veículos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato e recebimento do Pedido ao Fornecedor.

7.2.5. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente, de titularidade da licitante, vinculada ao CNPJ constante da Proposta, para fins de pagamento.

7.2.6. Identificação do Representante Legal da empresa que assinará o contrato ou documento equivalente: nome, estado civil, cargo, RG, CPF e endereço completo.

7.2.7. Considerar que o pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis a partir da data de entrega dos veículos, mediante apresentação da Nota Fiscal e recibo com a aceitação pela fiscalização do Sesc, Departamento Regional no Pará, através de depósito bancário.

7.2.8. Anexar juntamente com a proposta FOLDER/CATÁLOGO do(s) veículo(s) ofertado(s) para facilitar a análise da proposta.

7.2.9. Na proposta deverá constar a descrição completa dos itens cotados de acordo com o Anexo I do Edital, seguidos da identificação do modelo/marca/fabricante do produto e sua referencia (quando houver).

7.2.10. As licitantes deverão conceder garantia dos veículos, conforme anexo I para eventuais defeitos da fabricação, prazo este contado do recebimento definitivo.

7.2.11. Conter a assistência técnica.

7.3. Os termos constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação da mesma ou substituição de envelopes, após sua entrega.

8. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

8.1 – REUNIÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E REALIZAÇÃO DE LANCES.

- a) Recebimento dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO";
- b) Análise das credenciais dos representantes e abertura dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL".

c) Classificação das Propostas comerciais.

c.1) Abertos os envelopes, a Comissão de Licitação analisará as propostas comerciais, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido neste edital e seus anexos.

c.2) Também serão desclassificadas as propostas que excedam a 15% (quinze por cento) do valor da proposta de menor preço.

c.3) Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no subitem anterior, serão classificadas, sempre que atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório, a de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes;

c.4) A classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

c.5) As propostas que, em razão dos critérios definidos nos subitens "c.2" e "c.3" não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame.

d) Fase de lances verbais.

d.1) Realizada a classificação das propostas escritas, pela comissão de licitação, terá início a fase de apresentação de lances verbais.

d.2) O pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço.

d.3) Havendo lance, o pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço.

d.4) Somente serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido.

d.5) O licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra.

d.6) Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.

d.7) O pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço.

e) Abertura do (s) envelope (s) "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

e.1) A Comissão de Licitação promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, resultou no menor preço.

e.2) Na hipótese de inabilitação, por descumprimento de qualquer exigência estabelecida no instrumento convocatório, a Comissão de Licitação autorizará o pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

f) Declaração do licitante vencedor, pela Comissão de Licitação.

g) Encerramento da reunião, após a rubrica das propostas e documentos de habilitação pelos presentes e a leitura, aprovação e assinatura da ata por todos os participantes da reunião.

8.2. Homologação da licitação pela autoridade competente.

8.3. Convocação do licitante vencedor para assinar contrato assinado ou documento equivalente, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da convocação.

8.3.1. As contratações para fornecimento dos produtos serão realizadas através de Pedido ao Fornecedor – PAF, em quantidade e periodicidade que atenderão a necessidade do Sesc/DR-PA.

9. DO JULGAMENTO

9.1. Para efeito de julgamento da presente licitação será adotado o critério de MENOR PREÇO, POR ITEM conforme Anexo I, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta ou lance de menor preço e atender a todos os requisitos do presente Edital e seus Anexos.

9.2. Os lances apresentados deverão referir-se ao valor do item constante na proposta.

9.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer de suas fases, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, desde que não haja alteração da proposta inicial.

9.4. Após a apreciação, análise e julgamento das propostas apresentadas, a Comissão Permanente de Licitação elaborará circunstanciado e conclusivo relatório, que será submetido às considerações da Autoridade Competente, para a homologação do objeto a licitante vencedora.

9.5. A qualquer momento, até a assinatura do contrato ou documento equivalente (PAF), o Sesc poderá desclassificar licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação e propostas.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A recusa em retirar o PAF no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da convocação, dará ao Sesc/DR-PA o direito de suspender o licitante em até dois anos, do direito de licitar e contratar com o Sesc/DR-PA, e homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2. Outras penalidades estão previstas no PAF (pedido ao fornecedor);

10.3. Para fins de penalidade o lance é considerado proposta.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As decisões, assim como qualquer informação adicional ou errata, relativas a esta licitação serão divulgadas por meio do mural de licitações do Sesc/DR-PA, localizado no hall de entrada do Edifício Sede do Sesc, Departamento Regional no Pará, situado à Avenida Assis de Vasconcelos nº 359 – Centro – Belém/PA – CEP: 66.010-010 e pelo site oficial do Sesc Pará, www.sesc-pa.com.br – Licitações.

11.2. Não será admitida antecipação de pagamento de qualquer natureza ou negociação de títulos com instituições financeiras. Também não serão aceitos boletos bancários.

11.3. A Comissão de Licitação poderá, no interesse do Sesc em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelas licitantes. Poderá também pesquisar via *Internet*, quando possível, para verificar a regularidade / validade de documentos ou fixar prazo para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.

11.4. A Comissão de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. Poderá ainda promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo licitatório o não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá implicar na desclassificação do licitante.

11.5. Não constituirão motivo de desclassificação simples omissões, irrelevantes para o entendimento das propostas ou que não causem prejuízo para o Departamento, nem firam os direitos das demais licitantes.

11.6. O Sesc/DR-PA se reserva o direito de adiar, revogar, anular ou tornar sem efeito, no todo ou em parte, a presente licitação, inclusive de proceder a seu cancelamento, a qualquer momento, no todo ou em parte, antes da formalização do contrato, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias úteis, exceto quando for explicitamente

disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/PA.

11.8. A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc e/ou terceiros em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

11.9. Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo a participação da empresa, o qual na incidência obriga o licitante a comunicar ao Sesc/PA, quando ocorrido durante o certame.

11.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital e seus anexos, ou sugestão visando a sua melhoria, deverá ser encaminhado por escrito ao Serviço Social do Comércio – Sesc/DR-PA, identificado com os dizeres **“Pedido de Esclarecimento”**, mencionando o número desta licitação, para **Sala do Setor de Licitação, no 5º andar do Edifício Sede do Sesc, Departamento Regional no Pará, situado à Avenida Assis de Vasconcelos nº 359 – Centro – Belém/PA – CEP: 66.010-010**, ou através do fax **(91) 4005-9560**, ou ainda, através dos e-mails **cpl@pa.sesc.com.br**, até 3 (três) dias úteis anteriores a data e horário de recebimento dos envelopes. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e propostas, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior. Não serão conhecidos questionamentos fora do prazo.

11.11. A seu critério, a Comissão de Licitação poderá efetuar visita às instalações do licitante classificado em primeiro lugar para confirmar as reais condições para atendimento do objeto desta licitação. Caso seja verificada a incapacidade do atendimento, o licitante poderá ser desclassificado, a critério da Comissão de Licitação.

11.12. As licitantes são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos apresentados.

11.13. Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base nas disposições legais aplicáveis à espécie, no que couber.

11.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos e anexos requeridos neste edital.

11.15. No momento da abertura da licitação, o Sesc/DR-PA poderá atualizar as certidões com validade expirada e disponíveis na *internet*, através de **acesso público**.

11.16. Da decisão da Comissão de Licitação de desclassificar as propostas de preço somente caberá e licitante vencedor caberá pedido de reconsideração à própria Comissão de Licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

11.17. A Comissão de Licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

11.18. Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

11.19. Da decisão de licitante vencedor caberá recurso fundamentado, dirigido a Sra. Diretora Administrativa do Sesc Pará, por escrito, por meio da Comissão de Licitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da decisão.

11.20. Quando não for possível realizar o ato do recebimento dos envelopes desta licitação, a Comissão de Licitação marcará nova data e hora a ser comunicada conforme previsto no subitem 11.1.

11.21. Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes desclassificados, ou não habilitados ou não declarados como vencedores deverão ser retirados em até 30 (trinta) dias após a declaração do licitante vencedor. Após esse prazo os envelopes serão destruídos.

11.22. Para fins de julgamento final, poderá ser solicitado à(s) empresa(s) que apresente(m) comprovantes de localização, consistente em:

- a) conta de energia elétrica em nome da empresa;
- b) escritura do imóvel ou contrato de locação ou comodato.

11.23. Caso não seja atendido o indicado no SUBITEM 11.22, a empresa será desclassificada e será julgado como vencedor o licitante que, na ordem de classificação, cumprir a exigência.

11.24. Definido o resultado do julgamento, o Sesc poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

11.25. A Resolução Sesc nº. 1.252 de 6/6/2012, encontra-se à disposição dos licitantes na **Sala do Setor de Licitação**, no 5º andar do Edifício Sede do Sesc, Departamento Regional no Pará, situado à Avenida Assis de Vasconcelos nº 359 – Centro – Belém/PA – CEP: 66.010-010, podendo também ser enviada através do email das licitantes, mediante solicitação através do email cpl@pa.sesc.com.br

12.26. Integram este instrumento convocatório independente de transcrição e/ou traslado, os seguintes documentos anexos:

- 12.26.1. Anexo I – Planilha de quantitativo e Especificações Técnicas dos Produtos;
- 12.26.2. Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Belém, PA, 16 de Junho de 2015

COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO (CLP)